

# O RURAL E O URBANO: EXPERIÊNCIAS SOLIDÁRIAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>

Balduino A. Andreola

## Resumo

Este artigo está relacionado com o projeto que o autor vem realizando, com seu grupo de pesquisa, sobre o tema "A Valorização da Cultura do Campo nas Escolas do Meio Rural e na Formação de Professores para o Meio Rural". Marx e Engels, ao analisarem historicamente a divisão e oposição entre a cidade e o campo, consideram-na fonte e causa da divisão social do trabalho. No campo da educação, esta antítese se traduz no transplante puro e simples de modelos urbanos para as escolas do meio rural, com total menosprezo dos saberes e da cultura do campo. A antítese, a oposição e dominação da cidade com relação ao campo poderão ser superadas através de formas solidárias de relacionamento e de intercâmbio. Nesta perspectiva de mudança nas relações entre o campo e a cidade são aqui analisadas, brevemente, cinco experiências. Uma delas, relatada por Paulo Freire, em "Cartas a Guiné-Bissau". As outras aqui trazidas, foram realizadas por professores e alunos em quatro universidades gaúchas: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Universidade de Passo Fundo – UPF. O encontro, o diálogo e a troca de experiências se revelam eficazes, na superação da distância e do preconceito, numa perspectiva de reciprocidade, de comunicação e de solidariedade.

**Palavras-chave:** Educação Rural, cidade, campo, solidariedade, diálogo.

## RURAL AND URBAN AREAS: EDUCATIONAL EXPERIENCES BASED ON SOLIDARITY

### Abstract

This article is related to a research project that the author has been carrying out with his research team on the topic "The Valuing of Country Culture in Rural Schools and in Teacher Training for Rural Areas". When Marx and Engels made a historical analysis of the division and opposition between urban and rural areas, they considered them the source and cause of the social division of labor. In the field of education this antithesis is expressed in the simple transplantation of urban models to rural schools and the concomitant disdain for country culture. The antithesis, opposition and domination of the city vis-à-vis the country can be overcome through solidary forms of relationship and exchange. This paper briefly discusses five experiences from the perspective of change in the relations between the rural and urban environments. One of them is described by Paulo Freire in his "Letters to Guinea-Bissau". The other ones were made by professors and students at four universities of the state of Rio Grande do Sul: the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), the Federal University of Pelotas (UFPel), the Federal University of Santa Maria and the University of Passo Fundo. Encounter, dialogue and the exchange of experiences prove to be effective in overcoming distance and prejudice from a perspective of reciprocity, communication and solidarity.

**Key words:** Rural education, City, Country, Solidarity, Dialogue.

<sup>8</sup> Este trabalho é resultado parcial do Projeto de Pesquisa "A valorização da cultura do campo na escola do meio rural e na formação de professores para o meio rural", financiado pelo CNPq, e contando com a colaboração de Joel Luís Dumke, bolsista de Apoio Técnico do CNPq, e de Mônica Barden, bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

Ao começar este artigo sobre solidariedade entre o campo e a cidade, eu poderia citar Marx e Engels, cujas análises são fundamentais para entendermos a ausência de solidariedade, caracterizada pela divisão e oposição entre o mundo rural e o urbano. Deixarei as citações deles para depois. Até para salientar o alcance atual das denúncias por eles feitas, prefiro citar primeiramente Freire. No seu último livro publicado antes de sua morte, *Pedagogia da Autonomia*, leio:

Antes mesmo de ler Marx já fazia minhas as suas palavras: Já fundava a minha radicalidade na defesa dos legítimos interesses humanos. Nenhuma teoria da transformação-político social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos, mesmo capazes de transgredir a ética indispensável, algo de que tenho insistentemente “falado” neste texto. Tenho afirmado e reafirmado o quanto realmente alegra saber-me um ser condicionado mas capaz de ultrapassar o próprio condicionamento. A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. É a ética da solidariedade humana. (FREIRE, 1997, p. 145-146)

Numa de suas últimas entrevistas, preocupado com a complexidade crescente dos problemas, Freire disse que caberia a nós inventarmos “novas pedagogias”. Ele nos deixou “Pedagogia do Oprimido”, “Pedagogia da Esperança”, “Pedagogia da Autonomia” e “Pedagogia da Indignação”, este último livro publicado após sua morte. Quem sabe se o desafio maior para nós não é o de inventarmos ou reinventarmos a “Pedagogia da Solidariedade”. Os problemas que afligem a família humana são tantos, tão graves, tão profundos e dolorosos, que se configuram como ameaças iminentes à própria sobrevivência da humanidade como um todo. E com certeza a raiz comum de todos estes males reside na ganância, no individualismo, no egoísmo, no ódio, impossíveis de sanar se não soubermos redescobrir que a vocação humana fundamental é para a solidariedade, para o amor.

Na disciplina “Correntes Pedagógicas”, que ministrei na Escola Superior de Teologia, de São Leopoldo, em 2002, propus para o trabalho final a seguinte questão: “Saliente três idéias que mais lhe interessaram nos diferentes autores, e relacione-as com as suas práticas pedagógicas”. Uma aluna escreveu que o que mais a impressionou em Paulo Freire foi que ele parece estar sempre nos convidando para o quintal de sua casa, tanto ele fala

do mesmo, e com tanta amorosidade discorre sobre as árvores ao longo de seus livros. Esta sua amorosidade ecológica é significativamente proclamada até no próprio título de um dos seus últimos livros: “À sombra desta mangueira”. A estudante acrescentou que todos nós temos, quem sabe, saudades de algum quintal ... Seria o quintal, o jardim perdido, ou então o jardim dos sonhos, da utopia, da esperança? De qualquer modo é o compromisso que nos cabe, de construirmos um mundo mais belo, mais fraterno, mais solidário do que o universo de guerras, destroços, fome e exclusões, desejado e arquitetado pelos detentores do poder econômico e político.

O quintal, o jardim, a mangueira ... Seria sonho, utopia, esperança, ou então saudade do jardim primordial, do éden perdido, da árvore primitiva? Ou seria talvez a mangueira esta árvore dos primórdios? De qualquer modo a vocação humana não é para a guerra e a destruição de todas as formas de vida. O sonho supremo da humanidade não pode ser um deserto vazio, ou um imenso campo de destroços, resultado da ordem perversa da competição e da guerra, imposta à humanidade como lei suprema da história pelo colossal deus *Moloc* do mercado e pelos dinossauros da ganância e da especulação. Felizmente, não apenas profetas, teólogos e filósofos, mas também grandes cientistas da atualidade, como Lynn Margulis, Dorion Sagan, Fritjof Capra e outros, através de demoradas e rigorosas pesquisas desmentiram a concepção grosseira do *darwinismo social*, e mostraram, contra a teoria da competição e da sobrevivência do mais forte, que a grande lei da vida é a *simbiogênese*. Segundo F. Capra:

[...] a teoria da simbiogênese implica uma mudança radical de percepção no pensamento evolutivo [...]. Essa nova visão tem forçado biólogos a reconhecer a importância vital da cooperação no processo evolutivo. Os darwinistas sociais do séc. XIX viam somente a competição na natureza – “a natureza, vermelha em dentes e em garras”, como se expressou o poeta Tennyson -, mas agora estamos começando a conhecer a cooperação contínua e a dependência mútua entre todas as formas de vida como aspectos centrais da evolução. Nas palavras de Margulis e de Sagan: “A vida não se apossa do globo pelo combate, mas sim, pela formação de redes” [...]. O reconhecimento da simbiose como uma força evolutiva importante tem profundas implicações filosóficas.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Fritjof, CAPRA, A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos, p.185 e 193.

O sonho ou talvez a saudade do jardim, se transforma num clamor supremo da Terra-mãe e da Humanidade pelo encontro, pela paz, pela reunião, quem sabe, à sombra da imensa *Mangueira* do diálogo, da solidariedade. Fugindo ao estilo acadêmico, exigência “sagrada” dos dogmas científicos da academia, eu me permiti expressar este clamor na linguagem metafórica de alguns versos intitulados *Gritos de mãe* (ANDREOLA, 2004, p.35).

*Eu sou a mãe terra.  
Cansada de guerra,  
De ódio e violência,  
A minha aparência  
Não é mais aquela  
Da mãe grande e bela,  
Que Deus quis e fez.  
Pra muitos, em vez  
De casa e jardim,  
De mãe até o fim,  
Sou vil propriedade.  
No campo ou cidade  
Vendida ou comprada,  
Ferida, estuprada,  
A mãe já não sou,  
E o filho de outrora,  
Meu dono de agora,  
Virou gigolô...  
Com passos incertos,  
Tateando no escuro,  
Meus filhos procuro  
E os quero de volta,  
Da mesa em volta,  
Do ódio esquecidos  
Na casa reunidos,  
Sem medo e sem-fome  
Que a muitos consome.  
Do imenso cansaço  
Dos longos caminhos,  
Vantai, meus filhinhos,  
Ao meu grande abraço.  
Anseio de novo  
O amor de meu povo,  
Que encontre em mim*

*A casa e o jardim,  
A mãe que Deus quis  
Formosa e feliz,  
A Mãe que Deus fez  
Pra todos vocês.*

Mas qual seria a estratégia mais adequada, qual a metodologia pedagógico-política para a construção deste mundo novo, mais humano e solidário? A história nos mostra que o melhor caminho não é o das grandes revoluções sangrentas, que redundaram, de um modo quase geral, numa alternância apenas entre dominadores e dominados, opressores e oprimidos. Segundo Paulo Freire a libertação proposta e a ser construída através de uma pedagogia do oprimido, deve ser libertação tanto para os oprimidos quanto para os opressores. Ninguém pode arvorar-se em detentor de soluções quase que mágicas para o grande desafio. Parece-me comprovado, porém, pelos fatos, que a mudança acontece realmente a partir de iniciativas construídas na base, brotando da terra, as quais, muitas vezes, podem ser reconhecidas e vir a constituir o chão de organizações, movimentos e lutas populares. Esclarecerei meu pensamento recorrendo a duas breves narrativas.

No livro *“Apreendendo com a própria história”* construído num diálogo entre Paulo Freire e Sérgio Guimarães, a certa altura o Sérgio perguntou: “O golpe de estado foi uma surpresa para você?” Ao longo de sua resposta, Freire lembrou um encontro e uma fala histórica com o inesquecível Betinho. Ouçamo-lo:

O autoritarismo, às vezes, me parece “ontológico” ao ser nacional. É óbvio que não faz parte da natureza da sociedade brasileira, certamente não é uma qualidade imutável dela, mas sempre a acompanhou. E é preciso mudar isso, é preciso ter a coragem de um homem como Herbert de Souza, o Betinho. No tempo mais difícil que o Brasil experimentou, com esse silêncio estrondoso que caiu em cima de nós, no período Médici, ele estava exilado no Canadá. Me lembro de que uma vez fui dar um curso em Toronto, onde ele vivia. Guiando o seu carro pelas ruas da cidade, me disse: “Paulo, hoje no Brasil um grupo de mulheres que se unam para bordar ou fazer renda pode ter uma importância revolucionária enorme”. Veja, é isso que eu considero ser a sensibilidade política de um bom político, aquele que descobre, que convive com a história, ao invés de apenas ser atravessado por ela. (FREIRE; GUIMARÃES, 1987, p. 32-33)

Esta sábia ponderação do Betinho, lembrada por Paulo Freire, me leva a uma segunda narrativa, de um fenômeno político-pedagógico extraordinário, relacionado com a organização do povo nas suas comunidades, documentado no livro “*Freire e Fiori no exílio*”. O povo chileno, vivendo sob os horrores do regime militar, buscava sobreviver ao medo, à fome, ao desemprego, ao terror, organizando-se em grupos informais, de oficinas de vestuário, de alimentos, de produção etc., com o apoio e ajuda de educadores populares e de setores das Igrejas comprometidas com as causas populares. A ditadura sequer percebeu o alcance político de conscientização gestado naqueles grupos, que se multiplicaram às centenas ou milhares através de todo o país. Uma educadora popular que participou daquelas caminhadas declarou, em entrevista com o professor Triviños:

Nós mesmos não estávamos muito seguros dos rumos que tomaríamos estas oficinas. Havia um objetivo claro, primordial, em toda elas, visível para todos, especialmente para os representantes da ditadura e para seus delatores. Nós nos empenhávamos em mostrá-lo, este objetivo, por um lado para sobrevivermos, e ao mesmo tempo, para podermos continuar com nosso trabalho, ou seja, queríamos mostrar que os membros da oficina realizavam um trabalho concreto que lhes servia para satisfazer uma necessidade. Somente depois de algum tempo, no momento em que o ditador resolveu permanecer por outros longos anos, e consultou o povo, percebemos a importância que tinham estas oficinas para a organização popular. Milhares dessas instituições, estabelecidas em todos os pontos do país, discutiram, organizadamente, a proposta do ditador, e conscientemente com sentimentos coletivos, puderam dizer “não” aos anseios do representante do regime autoritário. (TRIVIÑOS; ANDREOLA, 2001, p. 154-155)

Tanto a conversa do Betinho com Paulo Freire, quanto o relato da educadora popular chilena, salientam o enorme significado político que podem ter iniciativas de base, aparentemente inócuas às vezes. Evidente que este alcance político adquire proporções muito maiores e mais decisivas, quando tais iniciativas, grupos, organizações ou movimentos populares trazem em si uma intencionalidade e contam com a colaboração de intelectuais orgânicos ou educadores comprometidos com as lutas populares. Nesta linha de raciocínio, cabe relembrarmos o título proposto para minha fala: Campo e Cidade: Vivências solidárias nos espaços da educação. O título se relaciona com meu atual projeto de pesquisa sobre a “Valorização (ou não!) da cultura do campo nas escolas do meio rural e na Formação de Professores para o

meio rural”. O projeto surgiu da constatação de que, de um modo geral, as propostas de educação para o meio rural são transplante puro e simples de modelos urbanos, reforçando uma realidade plurissecular de oposição entre a cidade e o campo e de supremacia, de dominação por parte da cidade. Marx e Engels consideram que reside neste dualismo e nesta oposição a raiz mais remota e profunda da divisão social do trabalho e da luta de classes. No capítulo I do livro **A Ideologia Alemã** Marx e Engels, escreviam, em 1846:

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição (Gegensatz) entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie para a civilização, do sistema tribal para o Estado, da localidade para a nação, e estende-se através de toda a história da civilização até aos nossos dias (a Anti-corn-Law League). (MARX; ENGELS, 1982, p. 44)

Estabelecida esta tese, Marx e Engels desdobram seu pensamento argumentando que a abolição desta oposição entre o campo e a cidade é condição básica para a mudança. Duas décadas depois, na sua obra mais importante, **O Capital**, Marx reafirma esta posição, escrevendo:

A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade resume-se no movimento dessa antítese, do qual porém já não iremos tratar aqui. (MARX, 1993, p. 278)

Sem esta integração, segundo Marx e Engels, não haverá verdadeira transformação social, que elimine as diferentes formas de injustiça, de exploração e discriminação. Isto nos leva a compreender que a resposta aos problemas da educação para o meio rural não é apenas questão de aperfeiçoar metodologias de ensino, materiais didáticos ou propostas curriculares. Trata-se de mudanças bem mais profundas e decisivas para a mudança social. Paulo Freire escreveu, em sua “Terceira Carta” pedagógica, que nos deixou inconclusa sobre sua mesa de trabalho: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

Quais seriam, pois, nossas contribuições de educadores/as para a superação dessa dicotomia que inferioriza o campo com relação à cidade? Esta pergunta me lembra um encontro realizado há alguns meses com educadoras/es do município de Carlos Barbosa, na serra gaúcha. Participavam daquele seminário professores/as tanto da cidade quanto do campo. Nos gru-

pos de trabalho que se seguiram à minha fala foram levantados tanto os problemas de separação, de preconceitos, quanto propostas de integração e aprendizagens recíprocas entre educadores e estudantes do campo e da cidade. Um dos grupos formulou a seguinte pergunta, que trago aqui como desafio para a nossa reflexão conjunta: “O que as faculdades de educação estão fazendo para mudar a nossa realidade?” Nos limites desta fala não irei discorrer sobre reformulação de currículos, de metodologias, de programas para formação de professores. Vou deter-me em torno de iniciativas que possam promover integração e solidariedade entre o campo e a cidade.

Referirei primeiramente uma experiência de integração e solidariedade relatada por Paulo Freire em seu livro “Cartas à Guiné-Bissau”. A prática pedagógica por ele documentada exemplifica a aplicação de um princípio pedagógico-político que permeou toda a experiência da Guiné-Bissau e que, afirmado e esclarecido sob diferentes ângulos, perpassa, da primeira à última página, o livro de Freire. Trata-se da unidade permanente e fecunda entre a educação e a produção, entre a escola e a vida, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Esta síntese não foi uma imposição. Pelo contrário, no início de 1975 uma minoria de estudantes aceitou o convite do Comissariado de Educação no Liceu de Bissau. Em 1976, 800 jovens daquela instituição, organizados em comitês, passaram a atravessar, diariamente, a cidade com seus instrumentos de trabalho, para dedicar-se a tarefas agrícolas de sua preferência e livre escolha. Paulo Freire, referindo-se ao projeto do Comissariado de Educação denominado “Escola ao campo”, assim o descreve:

A escola ao campo, projeto que consistia em deslocar, temporariamente, as escolas urbanas, com seus professores e seus estudantes, a áreas rurais, em que, vivendo em acampamentos, participariam da atividade produtiva, aprendendo com os camponeses e a eles algo ensinando, sem que se suprimissem as demais atividades escolares, era um desses caminhos de que nos falava o Comissário Mário Cabral.

(...)

Na medida em que essas experiências se forem sistematizando e aprofundando é possível fazer derivar da atividade produtiva, cada vez mais, os conteúdos programáticos de “n” disciplinas que, no sistema tradicional, são “transferidos”, quando são, verbalisticamente. (FREIRE, 1978, p.25)

O trabalho não ocorria paralelo ao estudo, pelo contrário, segundo Freire: “Em certo momento já não se estuda para trabalhar nem se traba-



lha para estudar; estuda-se ao trabalhar”. Com relação aos alunos do Liceu Bissau escreve “[...] Sua juventude, a pouco e pouco, vai deixando de ‘consumir’ letras, de memorizar a geografia e a história da metrópole para ir tendo, no trabalho, a fonte de seu estudo”. (FREIRE, 1978, p. 73)

Depois de se referir aos resultados eloqüentes do interior do país, como em Tombali, em Bedanda e, sobretudo em Bafatá, considerada “região modelo” Freire declara:

O trabalho produtivo, de caráter coletivo, vem dando a educandos e a educadores uma visão distinta de sua formação em comum, vem inserindo a escola nas comunidades, como algo que delas emerge, que está com elas e não “fora” ou “acima” delas, como algo a serviço da comunidade nacional. (FREIRE, 1978, p. 73-74)

Lembrando que Marx e Engels estabelecem como condição necessária para a transformação social a superação da antítese entre o campo e a cidade, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, parece-me que o relato de Paulo Freire nos traz uma experiência altamente significativa como busca desta superação, num país que estava se libertando das marcas profundas de quase 500 anos de colonialismo. Algo de parecido aconteceu, durante vários anos, e imagino que continue acontecendo, com grupos de estudantes e professores da Universidade Federal de Pelotas, através do projeto “Cio da Terra”, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através de outro projeto semelhante, denominado “Convivência”. Experiência semelhante a estas foi realizada por professores e estudantes da Universidade Federal de Santa Maria.

Durante o período de minhas atividades como Professor Visitante na UFPel, fui convidado para uma palestra e um debate com um grupo de estudantes que se preparavam para algumas semanas de “vivência” em assentamentos do MST. Conhecendo embora parcialmente os objetivos, a organização e as atividades previstas nestes dois projetos, posso dizer que os considerei práticas pedagógico-sociais levadas muito a sério, tanto por parte das universidades quanto do MST, numa linha de diálogo, intercâmbio de experiências e troca de saberes. Considero tais experiências superação de uma dicotomia entre a universidade e a sociedade, tal como é denunciada magistralmente por Ernani Maria Fiori:

A universidade não pode se colocar frente à sociedade – “frente” é eufemismo para dizer “separada”, relacionada apenas por laços

externos, ainda que intimamente conectada com os interesses do sistema. Ao contrário, inserida totalmente, organicamente, no processo histórico de seu povo, deve ser sua mais alta expressão crítica sem temer o risco de perecer para libertar-se e libertar. (FIORI, 1992b, p.93-94)

As experiências realizadas naqueles três projetos de “vivência” ou “convivência” levam-me a rememorar formas de inserção mais amplas e continuadas de algumas universidades do nosso Estado, relatadas recentemente por mim, num Simpósio Internacional na Faculdade da Serra Gaúcha<sup>3</sup>. Sem desmerecer realizações de outras universidades, destaquei na minha exposição os trabalhos de três delas com as quais mantenho um diálogo para mim muito enriquecedor, há vários anos. Trata-se da UPF, da UFSM e da UFPel.

A Universidade de Passo Fundo tem uma longa tradição, sobretudo a partir da Faculdade de Educação, em atividades de pesquisa, extensão, e formação continuada com professores daquela região, dedicando atenção especial para as peculiaridades e necessidades do meio rural. De alguns anos para cá, está mantendo uma parceria altamente dialógica e qualificada, com três municípios do interior da Bahia. Na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, há um grupo de professores e de alunos organizados em torno de um projeto amplo de Investigação-Ação Educativa, inserido há bastante tempo, através de trabalhos de pesquisa e de formação, em escolas públicas da região e em escolas de assentamentos do MST. A experiência que conheço um pouco mais de perto, é a da Faculdade de Educação da UFPel, experiência que eu denomino como “a universidade saindo dos muros”, sendo que um grupo de professores/as daquela instituição está levando adiante, há vários anos, um Curso de Licenciatura em Pedagogia que funciona em diferentes cidades da Região Sul, possibilitando a qualificação em nível superior para numerosos/as professores/as que muito dificilmente teriam acesso à Universidade, ou que simplesmente nunca poderiam chegar até a mesma.

Recentemente recebi o convite para um encontro com duas turmas do Curso de Pedagogia da UFPel que funciona sexta-feira à noite e sábado de manhã, na cidade de São Lourenço. Foi para mim um encontro muito gratificante e altamente proveitoso. Após minha exposição sobre a trajetória de Paulo Freire e suas contribuições para a educação, seguida de

---

<sup>3</sup> Balduino A. ANDREOLA, *Compromisso da Universidade na Formação de Professores para a Educação Básica do campo, cd, III Simpósio Internacional de Educação Superior, FSG, 2004.*

trabalhos em grupo marcados por muita participação e criatividade, pude discutir com aquelas/es professoras/res meu projeto de pesquisa, tendo aceito eles e elas responder a um questionário. Na parte final daquelas três horas de intensa troca de idéias e experiências, conseguimos também discutir imediatamente algumas das questões por eles respondidas. Retomando posteriormente aqueles questionários, detive-me por ora nas respostas à questão número doze, que soa assim: “No curso atual (Pedagogia da UFPel) está havendo uma formação diferenciada para o campo e a cidade? ( ) não; ( ) sim. Como?”

Dos 92 alunos/as que responderam naquela noite o questionário foram 52 que responderam expressamente a questão acima. Destes, 19 salientam que o curso oferece a oportunidade para troca de experiências entre professores do campo e da cidade. Em 15 respostas é salientado que nas aulas os participantes podem elaborar os trabalhos das diferentes disciplinas sobre suas práticas pedagógicas, quer em escolas urbanas quanto rurais. Três dos professores-alunos afirmam que há no curso boa integração entre professores/as do campo e da cidade. Um destaque a meu ver importante, é feito por duas alunas, informando que o professor José Fernando Kieling apresentou e discutiu em aula sua pesquisa, em andamento, sobre educação rural. Alguns reconhecem que há clima favorável no curso para troca de experiências. Outros enfatizam a importância desta troca em diálogos mais restritos entre colegas. Na resposta à quinta questão, dezesseis professores/as informam que lecionaram já tanto em escolas urbanas quanto rurais. Vinte e oito respondem que trabalham atualmente em escolas do campo, e oito em escolas da cidade. A partir embora de um olhar muito rápido sobre as respostas obtidas, os simples dados de 16 pessoas com experiências tanto no meio urbano quanto no rural, associada a uma presença significativa numericamente, de 28 que trabalham atualmente em escolas rurais, nos mostra que o curso representa um espaço com amplas e variadas possibilidades de discussão, troca de experiências e integração entre o campo e a cidade, na educação, em geral, e na formação de professores. Esta riqueza de diálogo e intercâmbio seria muito difícil ou quase inviável, se a Faculdade de Educação da UFPel se limitasse a um Curso de Pedagogia “intra muros”.

Parece-me importante registrar uma observação, como proposta, ao mesmo tempo, de políticas públicas para formação de professores realmente adequadas à realidade. Em lugar de definir datas limites como exigência para que todos/as os/as professores/as do país tenham diploma de curso superior, melhor seria que os governantes dessem amplo estímulo e apoio a universidades comprometidas em experiências exemplares como a da Faculdade de Educação da UFPel.

Ao escolher o título para esta minha fala no contexto do IV Seminário Internacional da Região Sul, eu não pensei apenas em troca de idéias e experiências. Atento ao tema do Seminário “Solidariedade e Educação”, sublinhei no título as “Vivências” de solidariedade enquanto encontro de intersubjetividades com suas diferenças e riquezas culturais. Se Marx e Engels sublinham a exigência de superação das distâncias e antíteses entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, cabe destacar que isto envolve a superação também das distâncias culturais. Ernani M. Fiori, já citado, na mesma conferência sobre “Educação Libertadora”, proferida no Panamá em 1971, declarava:

A “cultura popular” não pode ser extensão da “cultura erudita”. Inserida vitalmente na interioridade orgânica daquela, esta há de ser sua especificação e especialização, numa divisão técnica do trabalho, que será o perecimento definitivo da divisão social do trabalho, numa nova civilização em que as mãos e a inteligência juntas, conquistem sua unidade perdida. (FIORI, 1992b, p. 90)

Nesta busca de integração e de solidariedade entre as mãos e a inteligência, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre o campo e a cidade, cabe certamente à Universidade, enquanto centro privilegiado de cultura e de formação de educadores, um papel destacado e uma responsabilidade intransferível. Mas infelizmente nossas Universidades são, em grande escala, instituições fechadas sobre si mesmas, dissociadas da realidade histórica, social e cultural. É o que Ernani M. Fiori denunciava, com muita veemência, numa conferência proferida em Toledo, no Uruguai, em 1967, já no exílio portanto. Ouçamo-lo:

Vemos a Universidade trair as suas origens, desviar-se dos sujeitos históricos da cultura, como consequência da separação, no nosso mundo, entre o domínio do saber e da produção (a que nos referíamos). Se o sujeito do processo cultural é a intersubjetividade, somos levados a dizer que é o povo – o povo que trabalha, que transforma o mundo. Na realidade, desde que se deu a separação do trabalho, também se deu entre o mundo que se transforma e o saber deste mundo, entre a produção e a educação até chegarmos a um conflito terrível em nossos dias. (FIORI, 1992a, p.48)

Parece-me importante interromper aqui a citação de Fiori para salientar a coincidência de seu pensamento com o de Marx e Engels, anteri-

ormente citados, no que se refere à análise da divisão social do trabalho, a ser necessariamente superada, se queremos uma sociedade mais humana, igualitária e solidária. A Universidade questionada por Fiori, não estava dando a contribuição que dela se poderia esperar, para esta mudança. Cabe-nos perguntar se a denúncia dele continua válida hoje, ou se as Universidades atuais estariam sendo mais fiéis com seu compromisso histórico. Mas retomemos a citação de sua conferência no Uruguai em 1967:

Então, em grande parte de nossas Universidades, permanecemos encerrados, o povo de fora, esperando nossa generosidade, para levar-lhe um pouco de nosso saber, de nossa categoria...O que ocorre é a Universidade desenraizada de suas origens e separada do povo. Não é a Universidade do Povo, rompe-se o circuito de que falei. A vida da cultura deveria vir do povo e, na Universidade, aclarar-se, formular-se e desenvolver-se – com o que também se esclareceria a consciência popular. (FIORI, 1992a, p.48)

A minha pergunta sobre a fidelidade ou não de nossa Universidades ao seu compromisso histórico, certamente intransferível, com o povo, com sua cultura, com suas lutas, com seus sonhos, já foi num sentido positivo respondida, nesta minha fala, quando discorri, ainda que brevemente, sobre as contribuições de várias Universidades do nosso Estado para a educação básica no campo. A maioria, porém, das nossas Universidades não tem uma resposta à altura de suas responsabilidades às interpelações de Fiori. Ninguém de nós pretende idealizar o povo. Mas, é certamente dos movimentos populares, das organizações populares, das lutas populares que podemos esperar a mudança. Este é a meu ver o sentido radical da “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire. Pedagogia do Oprimido não é apenas um livro, o mais importante de Freire. Trata-se, isto sim, de um projeto coletivo, que está sendo recriado e reconstruído, no mundo inteiro através de milhares de educadores/as e de muitos milhões de pessoas, em diferentes instituições, movimentos e organizações comunitárias. Nesta caminhada imensa ocupa um lugar de destaque, entre nós, o MST. O próprio Paulo Freire declarou, em muitas oportunidades, seu entusiasmo e sua esperança com relação à caminhada deste pujante movimento popular do campo. Na sua Segunda Carta Pedagógica, depois de situar o MST numa longa trajetória das lutas do campo, entre as quais destaca a rebeldia dos Quilombos e a bravura das Ligas Camponesas, esmagadas pela ditadura, assim proclama o sentido mais amplo e global desta luta: “A eles e elas, sem-terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar” (FREIRE, 2000, p. 61).

E ao lembrar com emoção a marcha dos sem-terra de todo o país para Brasília em 1997 assim amplia o sentido daquele sonho:

E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível. (FREIRE, 2000, p.61)

Ao lembrarmos a importância dos movimentos populares e aqui, em particular, do MST, cabe enfatizar que há uma luta decisiva a ser mantida, para evitar que valores e conquistas historicamente construídas pelo trabalho do povo, dos camponeses, dos pequenos agricultores, em nosso Estado, em nosso país, na América Latina, sejam destruídos pela ganância desenfreada dos grandes latifúndios e das corporações internacionais. Paulo Freire já em “Educação como Prática da Liberdade” denunciava o latifúndio como um dos fatores que mais impediram a experiência democrática em nossa terra, através das relações profundamente autoritárias, desagregadoras e opressoras promovidas pelo mesmo. Sem querermos “angelizar” o MST, importa reconhecer que suas formas de organização, nos acampamentos e assentamentos, promovem a cooperação e a solidariedade. Roseli S. Caldart, em seu livro “Pedagogia do Movimento Sem Terra” escreve:

Do ponto de vista pedagógico, o acampamento pode ser olhado como um grande espaço de socialização dos sem-terra [...]. Um aprendizado importante é o que possibilita a passagem do que poderíamos chamar de uma ética do indivíduo em uma ética comunitária, que depois poderá chegar a se desdobrar em uma ética do coletivo, à medida que consolide estes valores na experiência posterior de assentamento, ou de participação no conjunto das instâncias do MST. O primeiro fato concreto da vivência em um acampamento é a ruptura do isolamento próprio do camponês mais típico (que mais do que um valor é para ele uma circunstância de vida) exigindo uma vida próxima e mesmo cooperativa com as outras pessoas, única maneira de conseguir a sobrevivência pessoal ou familiar em uma condição como esta. Neste sentido, um dos primeiros valores que se cultiva na situação de acampamento é o da solidariedade, exatamente o valor que fundamenta a ética comunitária. (CALDART, 2000, p. 116)

Diferentes formas de *solidariedade* desenvolvidas entre as populações do meio rural, representam um dos valores salientados por quase todos os palestrantes, na II Conferência Estadual “Por uma educação básica do campo”, em 2002. Ao palestrar neste Seminário Internacional, cujo tema é *Solidariedade e Educação*, também me detive em enfatizar as reservas de solidariedade do campo, e as solidariedades construídas através de projetos da mais alta relevância de algumas das Universidades do nosso Estado, em suas parcerias com as escolas do campo e com o MST. Situei, porém, minhas reflexões no contexto, da cooperação, da integração e da solidariedade a ser construída entre o campo e a cidade. Nossos sonhos, nossa esperança e nossa lutas, todavia, nos conduzem a um horizonte bem mais amplo e global, qual seja o do esforço comum de construirmos uma sociedade planetária verdadeiramente humana, fraterna e solidária. Moacyr de Góes, que coordenou antes da ditadura um dos grandes projetos de mobilização popular denominado *De-pé-no-chão-também-se-aprende-a-ler*, declarou, no IV Colóquio Internacional Paulo Freire, do Recife, em 2002:

O terrorismo comanda os dois campos de guerra, numa luta selvagem e ainda não houve tempo para uma efetiva arregimentação de cidadãos para a defesa da paz. A barbárie ronda a civilização e os educadores são chamados a criar novos parâmetros para a educação pela paz. (GÓES, 2002, p. 127)

Antes de concluir, quero relembrar duas citações feitas no início desta minha fala. Na primeira, era Paulo Freire lembrando o alcance revolucionário que o Betinho via numa simples reunião de trabalho de mulheres humildes. Na segunda, eu citava o exemplo do povo chileno, se organizando em milhares de grupos de solidariedade, para sobreviver, e que se transformaram na força coletiva capaz de gritar, no plebiscito, um imenso “Não!” ao ditador que pretendia eternizar-se no poder. São apenas dois exemplos de milhares, quem sabe milhões, de outras iniciativas de solidariedade popular, construídas hoje no mundo inteiro. Podia-se pensar, até há alguns anos, que essas iniciativas, aparentemente minúsculas, isoladas, não poderiam se contrapor à força descomunal da dominação e da opressão. Mas há um acontecimento inteiramente novo, na trajetória dos movimentos populares e na história da humanidade. Os milhares de movimentos populares do mundo inteiro se articularam, através do Fórum Social Mundial, que, na sua realização anual, foi sediado quatro vezes em Porto Alegre, uma vez na Índia e, em 2006, acontecerá na África. Este movimento imenso de solidariedade proclama com eloqüência que à força descomunal do imperialismo, do neo-

colonialismo do mercado e das armas, é possível contrapor o poder imensamente maior da solidariedade dos movimentos e das organizações populares do Planeta. No concerto desta esperança que nos reanima citarei algumas frases do livro “*A utopia surgindo no meio de nós*”, de um dos ilustres exilados da ditadura, Luiz Alberto Gómez de Souza. No parágrafo final ele escreve:

Meus netos são agora minha grande paixão. [...] tive medo por eles em setembro, em Nova York, guardo para eles as esperanças dos fóruns sociais mundiais de Porto Alegre. [...] Eles (elas) vivenciarão novas e surpreendentes circunstâncias e talvez ajudem a transformá-las em inesperadas primaveras. (SOUZA, 2003, p. 234)

Neste prenúncio de primaveras, de um mundo novo, que é possível, vejo, com otimismo esperançoso, muitas Universidades brasileiras, algumas por mim citadas neste artigo, e outras latinoamericanas, se inscrevendo no empreendimento utópico de gestar, com os movimentos populares e com a sociedade civil em geral, através da educação da cidade e do campo, novas formas de solidariedade entre o campo e a cidade, na certeza de que poderemos construir um novo Planeta, que não seja uma imensa bolsa de valores da ganância e da especulação financeira, nem um campo de batalha, mas sim a casa comum da solidariedade, onde haja lugar para todos/as, na alegria da festa e à mesa do pão.

## REFERÊNCIAS

- ANDREOLA, Balduino A. Grito de mãe. In: Exposição “*Artesanato ecológico*” (Faculdade de Educação da UFRGS) Porto Alegre, III Fórum Social Mundial, 2003.
- ANDREOLA, Balduino A. *Artesanato ecológico*. In: Anuário Evangélico. São Leopoldo: Sinodal, 2004, p. 35.
- CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*, Petrópolis: Vozes, 2000.
- FIORI, Ernani M. Compromisso histórico. In: *Textos escolhidos*, Vol. II, Educação e Política, Coordenação de Otilia Beatriz Fiori Arantes, Porto Alegre: L&PM, 1992a, p. 44-51.
- FIORI, Ernani M. Educação Libertadora (1971). In: *Textos escolhidos*, Vol. II, Educação e Política, Coordenação de Otilia Beatriz Fiori Arantes, Porto Alegre: L&PM, 1992b, p. 83-95.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a própria história*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GÓES, Moacyr de. Educação Popular, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a ler, Paulo Freire & Movimentos Sociais Contemporâneos. In: ROSAS, Paulo (org). *Paulo Freire: Educação e Transformação Social*. Recife: Universitária da UFPE, 2002, p. 97-131.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã – Capítulo I. In: *Obras Escolhidas*. Tomo I Lisboa & Moscovo: Avante & Progresso, 1982. p. 4-75.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Vol I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

SOUZA, Luiz A. G. de. *A Utopia surgindo no meio de nós*. Prefácio de Leonardo Boff. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.; ANDREOLA, Balduino A. *Freire e Fiori no exílio: um projeto pedagógico político no Chile*. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.

---

---

**Balduino A. Andreola** é Docente do IEPG da EST - Escola Superior de Teologia de São Leopoldo/RS; Professor Titular aposentado da UFRGS; Doutor em Ciências da Educação pela UCL (Bélgica). É autor de várias obras. Recentemente foi homenageado através da obra "Memórias, Diálogos e Sonhos do Educador", Pallotti, Santa Maria, organizada por Celso Ilgo Henz e Gomercindo Ghiggi.

E-mail: [balduinoandreola@est.com.br](mailto:balduinoandreola@est.com.br)

---

---